

Higiene e Educação em São João del-Rei (final do século XIX e início do XX)**DANIELA FLÁVIA MARTINS FONSECA¹**

O advento da República iria intensificar, em algumas cidades brasileiras, os debates sobre as reformas imprescindíveis para superar o atraso do país² e torná-lo um país civilizado, sendo a questão da higiene um dos temas centrais nesse cenário. Entretanto Sidney Chalhoub (1996) mostra que o higienismo já era discutido no Rio de Janeiro desde princípios do XIX. Este era, segundo o autor, considerado uma “forma ‘científica’ e ‘neutra’ de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existente.” (Chalhoub, 1996:35) Para Chalhoub higiene e civilização, no Império, são termos complementares, pois a elite da época almejava civilizar a Corte via medidas higienizadoras em oposição ao atraso dos tempos coloniais. Nesse sentido o autor ressalta que a higiene estava presente nos debates de políticos de governantes nas últimas décadas do oitocentos sintetizados em dois princípios essenciais:

Em primeiro lugar está presente a ideia de que existe um ‘caminho da civilização’, isto é, um modelo de ‘aperfeiçoamento moral e material’ que teria validade em qualquer ‘povo’, sendo dever dos governantes zelar para que tal caminho fosse mais rapidamente percorrido pela sociedade em seu domínio. Em segundo lugar, há a afirmação de que um dos requisitos para que uma nação atinja a ‘grandeza’ e a ‘prosperidade’ dos ‘países mais cultos’ seria a solução dos problemas de higiene pública. (Chalhoub, 1996:35)

Assim sendo, para Chalhoub, a questão da higiene pública esteve relacionada com o desejo de *fazer a civilização europeia nos trópicos*. A hipótese desse estudo é de que tal proposta foi se espraiando por localidades do interior, como São João del-Rei. Essa cidade, em processo de urbanização, é um exemplo de como uma elite regional³ queria civilizar-se, difundindo as propostas higienizadoras. Os jornais foram utilizados como meios privilegiados

¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Mestrado em Educação (em andamento).

² Essa noção de atraso será importante nesse trabalho, pois termos como “desordem” e “imundície” revelam que a elite desse período queria superar o atraso advindo, principalmente, do período colonial e de séculos de escravidão (Chalhoub, 2007). Para superar esse atraso, uma das alternativas colocadas no período, e que foi analisada nesse estudo, era a de instruir a população “mestiça” e “ignorante” via higienização - europeização.

³ A noção de *elite* possui um sentido amplo e por vezes pouco claro. De acordo com Flavio M. Heinz, o termo tem sido usado pelos historiadores para analisar grupos de indivíduos que ocupam posições chave em uma sociedade e que “dispõem de poderes, de influências e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros” (2006, p.8) O termo elite será usado nesse trabalho para designar o grupo social que ocupa postos de comando em São João del-Rei, seja na política, nos jornais ou por concentrarem riquezas ou por terem uma formação intelectual.

para entender esse processo.⁴ Neles foi possível perceber a circulação da temática higiene e como as elites objetivavam instruir a população em busca da tão sonhada civilização. Para isso buscou-se compreender como esse grupo social, aqui denominado elite, representa⁵ o real partilhando visões de mundo, ou não, compreendendo as formas como esses sujeitos dão significado e representam o real se apropriando⁶ dos princípios higienistas.

Segundo Viegas (1942) entre 1890 e 1906 foram publicados, em São João del-Rei, 25⁷ jornais. Para esse trabalho foram selecionados três deles: *A Pátria Mineira*; *Renascença* e *O Resistente*, pois foi possível constatar que esses eram representativos de dois grupos políticos da cidade: os republicanos pelo *A Pátria Mineira* e os conservadores do período Imperial que, a partir da República se tornaram oposição, pelas folhas *Renascença*⁸ e *O Resistente*⁹.

A Pátria Mineira circulou em São João entre 1889 a 1890¹⁰, segundo Amaral (2008) foi a primeira folha abertamente republicana e se tornou um poderoso instrumento desse partido. O redator era Sebastião Rodrigues Sette e Câmara¹¹. Além disso, sabe-se que era publicado semanalmente e também não foram encontradas informações sobre a tiragem. Os

⁴ Devido a dificuldades financeiras ou por não saber ler era possível que muitos sanjoanenses não tivessem acesso aos jornais, o que não significava que os temas tratados nos periódicos não circulassem. Segundo Christianni Cardoso Morais (2002), é possível que, leituras comunitárias ou em voz alta fossem comuns em São João desde as primeiras décadas do século XIX (Morais, 2002).

⁵ Para Chartier a representação pode ser entendida como a forma como um grupo social percebe o real, a partir de esquemas partilhados e de como produzem significados, construindo assim o “mundo como representação”. Ainda de acordo com Chartier a representação, apresenta três modalidades de relação com o mundo social, assim divididas: 1. “(...) o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos”; 2. “(...) as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição (...)”; 3. “(...) formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns ‘representantes’ (instancias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou comunidade”. (Chartier, 1991)

⁶ A *apropriação*, “visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas as suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem.” (Chartier, 1991, p.180)

⁷ Esses periódicos foram, em sua maioria de duração breve, não duraram mais de um ano e tiveram poucas edições. (Viegas, 1943)

⁸ Esse periódico circulou em 1890 (Viegas, 1943) e restou, nos arquivos consultados, apenas a 7ª edição de 13/02/1890.

⁹ Esse periódico circulou entre 1895 a 1906 (Viegas, 1943) e era publicado semanalmente e não foram encontradas informações sobre a tiragem. Os anúncios versam principalmente sobre o comércio local e da região e também sobre a oferta de serviços de profissionais especializados como médicos, farmacêuticos, professores e advogados.

¹⁰ Segundo Amaral (2008) esse periódico extinguiu-se quando os editores julgaram estar consolidada a causa republicana.

¹¹ Sebastião Rodrigues Sette e Câmara, em 1887, foi nomeado professor de inglês e francês do externato e de francês da escola normal, ambos em São João del-Rei (Cintra, 1985).

anunciantes eram principalmente comerciantes locais, médicos e advogados que ofereciam seus serviços.

Nos exemplares de *A Pátria Mineira*, além do republicanismo, as notícias versam sobre o perigo do contágio de doenças como a varíola e a febre amarela; a importância da higiene; a necessidade de melhoramentos municipais, obras de esgoto e saneamento. Além disso, trazem artigos de médicos, como o Dr. Francisco de Paula Moreira Mourão e o Dr. Affonso Henrique de Azevedo. Esses médicos escreveram principalmente sobre a importância da higiene pública e sobre o perigo de contaminação da água pelos esgotos.

Os periódicos *O Resistente* e *Renascença* também abordavam a higiene, nesses foi possível identificar críticas ao governo local que não conseguiam resolver os problemas relativos aos melhoramentos municipais, incluindo a questão da água e dos esgotos. No periódico *O Resistente* a coluna *Os Esgotos* do médico Caetano Werneck é também um exemplo de como os jornais atuavam no ensino da higiene à população.

A higiene almejada pela elite sanjoanense

A busca pela civilização da elite sanjoanense aparece em vários aspectos, principalmente na procura de condições higiênicas para uma cidade ideal. Esse projeto de civilização, no final do século XIX se entrelaça a dois outros, como mostra Chyntia Greive Veiga (2002), o pedagógico e dos urbanistas. Segundo a autora estes se tocam pois “ambos planejam construir um ser humano de tipo ideal enquanto ser social civilizado” (Veiga, 2002: 21). Por isso a relação das reformas urbanas com a educação era estreita. Segundo a autora a união desses projetos pretendia:

passar a limpo a história humana calcada em superstições, misérias e ignorâncias e preparar os homens para o tempo novo, do progresso, da cultura e da riqueza. A intensa produção no campo do conhecimento, presente no final do século passado, evidencia que tais projetos são um desafio permanente, oriundo das novas diferenças nas quais a sociedade foi se constituindo (Veiga, 2002: 21).

A difusão do pensamento higienista teve influência do positivismo. Os cientistas eram os portadores dos saberes legítimos que levariam os povos rumo à civilização e ao progresso, principalmente nesse período de transição do Império para a República. Os médicos e os engenheiros eram vistos como atores fundamentais nesse processo, pois por meio das

reformas urbanas e sociais levariam o país ao tão sonhado progresso, ao mesmo tempo em que se afirmavam enquanto profissionais habilitados para esse fim. Em São João del-Rei não foi diferente, mesmo não contando com muitos profissionais desses campos, essas propostas chegaram na cidade e se difundiram.

Nesse sentido, o trabalho de Simone Kropf (1996) é valioso para a análise de São João del-Rei. A autora estuda o projeto dos engenheiros para a reforma urbana da então capital federal, o Rio de Janeiro, porém mostra que esse discurso não se limitava apenas a essa cidade. Os engenheiros ambicionavam que fosse um projeto modelo para o restante do país. Será que tal ambição alcançou chegou a SJDR?

Por meio do estudo de duas monografias, apresentadas no Congresso de Engenharia e Indústria, Kropf apresenta o pensamento dos engenheiros sobre as reformas higiênicas na transformação das cidades em modelos de civilidade. A primeira é a de Francisco Liberalli, *Obrigatoriedade da prévia fixação de linhas gerais a que devem ficar sujeitos os arruamentos e nivelamentos de novas povoações e o desenvolvimento das existentes*, e a outra é a de Joaquim Silvério de Castro Barbosa, *Regras gerais que se devem prescrever para as construções das cidades, tendo especialmente em consideração as condições peculiares de nosso país*.

O estudo desses trabalhos evidencia, segundo a autora, o olhar pragmático dos engenheiros que queriam agir e transformar a realidade utilizando do arcabouço teórico dos higienistas, que responsabilizavam o ambiente pelas debilidades físicas e morais dos homens. De acordo com a autora,

Segundo a teoria dos miasmas, o solo e o ar contaminados pelas emanções metíficas oriundas dos processos de decomposição e putrefação das matérias orgânicas eram os principais agentes responsáveis pelas condições de insalubridade das cidades, tornando-se suscetíveis à constante propagação de epidemias (Kropf, 1996: 105)

A engenharia propunha que primeiro deveria ser localizado o problema e, baseado nas orientações sobre o espaço urbano, defendia o princípio da circulação e do movimento. De acordo com esse fundamento a rua seria o primeiro espaço normatizado em decorrência da grande circulação de pessoas e mercadorias. Ademais é possível perceber a influencia dos princípios higienistas, nas teses dos engenheiros, como mostra Kropf,

através do princípio da circulação, as premissas da teoria higienista são apropriadas pela competência própria de um saber pragmático que se declara capaz de imprimí-lhes operacionalidade e transformá-las em obras concretas para a solução de problemas detectados. O ar, a luz, a água, o solo, as ruas, as praças, as casas e até mesmo os costumes dos habitantes, enfim, todos os elementos constitutivos do espaço urbano eram vistos como sujeitos às medidas normalizadoras da engenharia (...)epidemias (Kropf, 1996: 107 e 108)

Essa passagem do texto mostra que era preocupação dos engenheiros higienistas os espaços públicos e privados e vai além, evidencia que nas teses dos engenheiros havia uma preocupação com os *costumes dos habitantes*, ou seja, como eles deveriam de agir nessa cidade civilizada. E por isso educar a população ao mesmo tempo em que saneavam a cidade era essencial.

São João, desde as primeiras décadas do século XIX, era um lugar de passagem, de entrada para Minas Gerais, de pessoas e mercadorias, de chegada e partida para Rio de Janeiro, e deste para o mundo. Por isso, como veremos, os espaços públicos, e principalmente a rua, eram uma preocupação nessa cidade. Segundo Liberalli,

a rua é a artéria pela qual se palpa a saúde física e mental de um povo que goza de higiene e civilização. Ela deve satisfazer a determinadas condições de salubridade, de comodidade, de segurança pública e atender às regras com relação ao alinhamento, limpeza e o mais que se refere às construções sobre o solo e abaixo dele (Liberalli apud Kropf, 1996: 113)

A rua, ainda segundo Liberalli, era, na concepção da engenharia, um espaço privilegiado por onde deveria começar a regeneração da cidade, tendo atenção especial com a ventilação, pois a falta desta era considerada responsável pela proliferação de doenças, assim como o acúmulo de lixo e a poluição dos córregos e rios.

Nas edições da folha *A Pátria Mineira*, entre 1890 e 1898, havia uma coluna chamada *Melhoramentos Locais*. Esse espaço era reservado para debater as reformas realizadas em São João del-Rei e criticar o que precisava ser executado. A rua era tema constante como pode ser percebido nesse exemplar do jornal, quando relatam as impressões sobre a Rua do Commercio:

Visitamos o matadouro, e só temos que elogiar o que ali vimos. Aquelles que passavam por aquelas imediações noutros tempos não podem deixar de hoje reconhecer o zelo e a boa vontade da Intendência. Prosseguem com a actividade e a necessaria fiscalisação os serviços de abertura de valla de esgotos da rua do Commercio. (*A Pátria Mineira*, 15/05/1890: 2)

Elogiar a Intendência era uma forma de exaltar também o governo republicano e a reforma urbana, mesmo que rudimentar empreendida por esse governo em São João. Além disso, ainda nesse fragmento de texto, é possível perceber a crítica embutida na expressão *noutros tempos*, se referindo ao Império, período que na visão dos republicanos, era marcado pela ausência de investimentos em reformas públicas e como consequência, de atraso em relação aos países civilizados. O periódico também cobrava das autoridades melhoramentos que precisavam ser realizados. No entanto, por ser uma folha republicana, não criticava o governo e, em alguns casos, responsabilizava o antigo governo Imperial pelos problemas da cidade, como mostra o trecho abaixo:

O zelador de águas continua em suas alias dispensáveis funções. Vense 40 mil réis por mez e ainda no domingo as torneiras estavam seccas ás 7 horas da manhã. Similhante emprego, sem attribuições definidas e sem fiscalisação, é péssima herança que a intendência recebeu da antiga Câmara (A Pátria Mineira,, 15/05/1890: 2)

Outra coluna *Noticias Locaes*, de 25 de dezembro de 1890, desse mesmo jornal, traz uma informação importante: no dia 21 daquele mês foi celebrada a assinatura de contrato para implantação da iluminação elétrica, dos esgotos aperfeiçoados e do abastecimento de águas. Esse evento foi celebrado na cidade, contando com uma solenidade incluindo banda de música e foguetes. Além disso, o Intendente recebeu uma homenagem pela assinatura do contrato e agradecendo afirmou que:

os melhoramentos destinados a São João del Rey eram de natureza a collocar-a em primeira plana e davam-lhe o direito a grande preponderância no actual período de organização, em que deveriam ser escolhidas capitaes para as novas sub-divisoes no território mineiro. (A Pátria Mineira, 25/12/1890: 2)

Entretanto, a assinatura do contrato não foi de festa para todos, é possível que tenha existido críticas sobre o ocorrido, pois segundo o jornal “apezar dos boatos arradores, espalhados com o fim de desviar o povo” (A Pátria Mineira, 25/12/1890: 2) o evento alcançou êxito. A fala do Intendente mostra o objetivo de alçar SJDR na categoria de civilizada e em condições de se tornar a nova capital do estado. O plano de reformar São João del-Rei surgiu em contexto de debates das propostas de mudanças da capital, sendo a Várzea do Marçal uma das candidatas. Dessa forma, a reforma urbana poderia contribuir para a escolha dessa região.

Porém, essas reformas tão desejadas pelos sanjoanenses teriam que esperar, como se pode notar na edição do *A pátria mineira*, de 20 de julho de 1893, esse projeto foi adiado. E a tentativa de reformar SJDR e transformá-la em uma cidade moderna e civilizada teria que esperar:

consta-nos em sessão da camara municipal, no dia 17 do corrente ano, o dr. Francisco de Paula Moreira Mourão desistiu em nome do do dr. Pedro Nolasco, do contrato de construção da rede de esgotos, abastecimento de água e iluminação à luz electrica dessa cidade (*A Pátria Mineira*, 20/07/1893: 2)

De acordo com Augusto Viegas essas reformas esperaram mais alguns anos e só foram implantadas em 1916, na administração de Odilon Andrade, pelo médico Domingos da Rocha e pelo engenheiro José Carneiro Felipe. Em São João, mesmo não existindo um sistema de saneamento, conforme os modernos padrões de civilidade havia preocupação com a correta destinação dos esgotos e com a qualidade das águas. A esse respeito, Viegas afirma que a Câmara, em 1887, construiu instalações que forneceriam meio milhão de litros de água a cada 24h, o que, segundo ele, correspondia ao progresso dessa cidade. Tais obras foram realizadas pelos engenheiros Francisco Bicalho, Fernandes Pinheiro e Hermilo Alves.

A Câmara, também em 1887, concluiu o *Código de Posturas Municipais*¹² que, entre outras determinações, continha diversas prescrições higiênicas. Entre elas, que todo indivíduo encontrado bebendo água, encostando os lábios nas torneiras dos chafarizes municipais, levaria uma multa e mais cinco dias de prisão e o dobro desse tempo caso fosse reincidente. A mesma pena teriam os que fossem lavar utensílios domésticos, alimentos, roupas ou outros objetos. Dessa forma, por meio do Código, é possível perceber a existência de preocupação com a proliferação de doenças infectocontagiosas, seja pelo contato dos lábios no chafariz ou pela proibição de lavar objetos, tudo para manter esse local público limpo e protegido de doenças.

¹² O Código de Posturas da cidade de São João del-Rei tem embutido em suas normatizações um projeto de civilizar a cidade. Este foi concluído em 1887, às vésperas da República, mas de acordo com Araújo manteve-se vigente até as primeiras décadas do século XX, por isso é uma fonte privilegiada que “guarda em si tanto os elementos de continuidade em relação ao passado e a uma tradição política de reconhecimento do poder local como de mudança, num diálogo com o urbanismo próprio do final do século XIX.” (Araújo, 2007: 87). O primeiro artigo desse código já define que “julgar-se à infração toda a ação ou omissão contrária às disposições desse código” (p.1). Por isso as normas deveriam ser cumpridas, o não cumprimento poderia ser punido com multa ou até prisão.

Mesmo não possuindo uma rede de esgotos, São João era considerada, por muitos viajantes e cronistas, como de clima ameno e salubre. Para Carlos Laet¹³ mesmo com a ausência de um sistema de esgotos, SJDR possuía boa salubridade. Todavia o cronista ressalta que isso se deve mais às condições do clima, que eram favoráveis à boa circulação do ar, do que pelas reformas realizadas, pois estas eram quase inexistentes. Sobre isso citou o relatório do Dr. Carvalho de Almeida, sobre as condições higiênicas da região e descreveu que esse médico:

não trepida em afirmar que na cidade há – completa ausência de preceitos mais elementares da hygiene – sobresahindo na postergação de taes preceitos o arrojado das fezes, por conductos imperfeitissimos, ao ribeirão que descoberto atravessa a cidade. “E no entanto, accrescenta logo, S. João d’EL-Rey é eminentemente salubre; seu clima, como o de Barbacena, é procurado pelos que durante o verão ahi se refugiam contra o calor e as epidemias que assolam as regiões de serra abaixo; ou à suavidade do seu ambiente e uso de Aguas Santas, reputadas medicinaes, pedem o restabelecimento da saúde comprometida a restauração das forças depauperadas por outros climas. (Laet, 1894: 70)

O médico atribui o bom clima e salubridade de São João a aspectos naturais, pois afirma que os preceitos higiênicos não eram aplicados nessa cidade. Entretanto mesmo não tendo um sistema de esgoto, essa questão também era preocupação do governo municipal, como pode ser observado no *Código de Posturas*. Este estabelecia que os proprietários de terrenos nas margens dos córregos que corressem pela cidade, eram obrigados a mantê-los limpos no espaço que passassem por seus terrenos.

O referido Código ainda estabelecia que o fiscal tinha o direito e a obrigação de fiscalizar os quintais, pátios e áreas das casas e terrenos situados dentro dos limites dos municípios e nos lugares onde houvesse córregos que desaguassem para as povoações. Porém não podiam exercer tal função, sem solicitarem permissão ao morador do local. Esta licença não podia ser negada; e caso isso ocorresse o indivíduo poderia ser multado. Além disso, a Câmara Municipal normatizou a destinação dos dejetos e nono artigo 237 designou

para o despejo de materias fecaes o corrego abaixo da ponte da estrada de ferro que segue para o Ribeirão Vermelho, devendo essas materias ser conduzidas em vasilhas

¹³ Carlos Maximiliano Pimenta de Laet era natural da província do Rio de Janeiro e também não esteve só de passagem. Laet foi para São João em 1893, quando precisou se refugiar devido a perseguições políticas, decorrentes da Revolta da Armada, por ser considerado monarquista. No período em que esteve na cidade escreveu a obra *Em Minas* que apesar do nome amplo, se refere principalmente a São João del-Rei e Tiradentes, na época São José del-Rei.

fechadas, das 10 horas da noite às quatro da madrugada. O que taes despejos fizer ou conduzir para lugar improprio, especialmente no correjo acima da ponte e fora das horas mareadas, será multado (...), sendo servos, soffrerão dias de prisão, ou a multa (...) si seus amos a quizerem pagar. (2007, p.180)

É possível notar que, em São João del-Rei, nesse período, em que não havia um sistema público de esgotos, o governo local transferia para o cidadão o dever de dar a destinação correta e mais higiênica para os dejetos e se restringia a fiscalizar. Contudo além de regular e fiscalizar, existia, por parte das elites locais, a preocupação em instruir a população a agir conforme os preceitos higiênicos, objetivando construir uma sociedade sadia e civilizada.

Ainda sobre os esgotos, os jornais, além de continuarem reivindicando sistema adequado para a eliminação de dejetos, tentavam mostrar aos sanjoanenses a importância dessa questão, por meio de informações fundamentadas no discurso médico-higiênico. O periódico *O resistente*, ao longo de 1898, apresentou a coluna do médico Caetano Werneck, denominada *Os Esgotos*. No primeiro exemplar o médico se apresenta e explica as intenções da coluna:

Sr. Redator. Agora que a camara municipal, animada das melhores intenções, pretende realizar diversos melhoramentos dentre os quaes sobresahe a constuccão de uma rede de exgotos, todos os habitantes de São João dEl-Rey devem auxiliial-a nessa louvável e difficil tarefa pelos meios a seu alcance. (O resistente, 07/07/1898:1)

O médico também ressalta a atuação do delegado de higiene José Moreira Bastos que há alguns anos vinha reivindicando essas reformas. Assim Werneck expõe que os esgotos são um problema de todos e que mesmo a Câmara Municipal, planejando realizar as obras, a atuação da população é fundamental e por isso, por meio de sua coluna, tentaria ensinar aos sanjoanenses alguns dos preceitos higiênicos.

Na primeira edição também explica que mesmo não sendo natural da cidade de sente em casa, pois tem familiares em SJDR e vivia há algum tempo no local. A primeira critica do médico foi sobre as condições do córrego do Lenheiro, que no período era conhecido igualmente como *Praia*. Afirma que este possuía aparência feia, escura e era o único esgoto da cidade. De acordo com Werneck:

O ribeirão do lenheiro no seu estado actual é um enorme foco de infecção. E' indispensavel e urgente remediar este estado de cousas que muito depõe contra os

foros de cidade civilizada de que há muito tempo e com toda justiça goza São João d'El-Rey. A *Praia* não póde e não deve continuar a ser o exgoto da cidade (O resistente, 07/07/1898: 1).

Ainda na primeira coluna, o autor mostra que almejava instruir também a elite comercial sobre a importância da rede de esgotos buscando o investimento destes nas obras. Segundo este o governo municipal não tinha recursos para tal investimento e assim sendo “apelou para a boa vontade e o patriotismo dos municipaes, emittindo um emprestimo de 600 contos a juro de 8% ao anno” (O resistente, 07/07/1898: 1). Esse seria um bom negócio, pois os investidores tinham a oportunidade de prestar serviços a sua terra. Além disso, São João receberia mais visitas em busca de clima ameno o que também seria benéfico para os comerciantes, os quais lucrariam ainda com vendas e alugueis. Esse comentário alerta para questão importante: a ausência de homogeneidade na elite local. Os médicos, jornalistas e políticos, parecem estar convencidos de que a tão sonhada civilização somente era viável com o empreendimento de reformas urbanas higiênicas, tanto que esse tema aparece com frequência na legislação e nos jornais. A elite econômica, porém, não estava, de acordo com o comentário de Werneck, sintonizada com esses preceitos. E por isso essa coluna também se empenhou em convencer os comerciantes locais a investir na rede de esgotos.

Na segunda coluna, o autor começa reclamando da alteração que fizeram na grafia da palavra exgoto e se mostra mais favorável a simplificação substituindo o X pelo S e justifica: “E’ sobrecarregar demais o pobre exgoto que já tem de carregar tanta cousa feia e por amor à simplicidade e sobretudo à fluência, que não vem fora de propósito em se tratando de esgotos, persistirei na minha primitiva orthographia” (O resistente, 14/07/1898, p.1). A adoção de uma grafia mais fácil por parte do autor parece ser uma aproximação com os leitores. Ao longo do artigo Werneck expõe claramente sua intenção:

Fechado o parentese devo avisar ao leitor que vou tratar de assumpto escabroso, mas não pretendo ostentar erudicção e tão sómente propagar e divulgar algumas noções de hygiene que considero indispensaveis a todos; e como me dirijo principalmente ao povo, procurarei dar aos meus escriptos o tom de simples palestra (O resistente, 14/07/1898: 1).

A primeira lição do médico é sobre os dejetos. Explica que depois da digestão, os alimentos dirigem-se ao intestino transformado em fezes e depois são expelidos do organismo, em condições normais, uma vez ao dia. Caso isso não ocorresse era sinal de prisão

de ventre. Sobre isso o autor alerta que esse mal, “por sua frequência e tenacidade tem fornecido aos charlatães vasto campo de exploração e na quarta página formigam os anúncios de drogas, quase todas infalíveis para a cura de desagradável estado” (O resistente, 14/07/1898: 1).

O jornal era geralmente composto por quatro páginas, e a última era costumava ser destinada a propagandas. O médico critica os medicamentos dos anúncios e afirma que a lavagem intestinal era o método mais eficaz contra esse mal. Abaixo segue um exemplo de produto que promete acabar com a prisão de ventre:

Purgativo Julien

Confeito vegetal, laxativo, refrigerante

Contra Prisão de Ventre

Aprovada pela Central de Hygiene Publica do Brasil (O resistente, 09/07/1896, p.4)

Além desse mal, o purgativo prometia acabar com outros como afecções no estomago e fígado, náuseas, gases, cabeça pesada, boca amarga, falta de apetite e dores abdominais. Tudo isso sem sentir gosto ruim, tanto que as crianças pediam como se fosse um doce de confeitaria. Esse medicamento, como os outros no jornal, ao longo do período estudado, enfatiza ser aprovado pelo órgão competente, tem a assinatura de um farmacêutico e alega proveniência de Paris. Almejando legitimar o uso, se apropria do status de medicamento higiênico e advindo de país civilizado. Entretanto mesmo com tais alegações a crítica do colunista indicia a existência de conflito entre campos, ainda em formação e que tratam da saúde, nesse caso a farmácia e a medicina.

Caetano Werneck, ao longo da sua coluna se apropria do discurso de vários autores higienistas como Pasteur para explicar aos sanjoanenses a existência dos micróbios e como estes atuam. Além de micróbios banais e que não causam danos, segundo o médico, existiam os causadores de doenças como febre tifoide, cólera, disenteria, e por isso alerta sobre o perigo dos dejetos. Estes poderiam provocar enfermidades tanto dentro como fora do corpo e por isso deveriam ser tirados das casas e ter uma destinação adequada.

A matéria de 21 de julho de 1898 mostra como o médico tentava ensinar sobre a existência dos micróbios e os perigos que estes representavam à saúde pública. Segundo Werneck,

as matérias excrementícias expelidas do organismo e expostas ao ar são invadidas pelos micróbios que pupulam no ar e no solo e que vão provocar nellas uma fermentação activissima, favorecida em alto grão pela presença do oxygenio e pela humidade representada pela água e pela urina. (O resistente, 21/07/1898: 1)

O primeiro desses inconvenientes, conforme Werneck, era o desprendimento de gases, irrespiráveis ou tóxicos como o ácido carbônico, o ácido sulfídrico, o amoníaco, e as ptomaínas, alcaloides de putrefação descobertos por Selmi, e que eram todos excessivamente tóxicos. E sobre isso o médico cita exemplo de caso Francês:

Esses corpos podem produzir um envenenamento agudo, como se bem observado em Pariz por ocasião da limpeza dos esgotos. Os operários revolvendo os depósitos que ahi se formam afim de a água os carregue, cahem algumas vezes literalmente fulminados pela grande quantidade de gases que delles se despreendem. (O resistente, 21/07/1898: 1)

Segundo o autor, essa questão se agravava nas cidades sem sistema de esgoto – como era o caso de São João del-Rei - onde a população vivia aglomerada. Era mais comum ocorrer “envenenamento”, pois esses gases “viciavam o ar” e eram prejudiciais à saúde. O que chama de *miséria physiologica*.

Além disso, ressalta que as matérias excrementícias misturadas a águas de cozinha ou de lavagem de roupas estão carregadas de matérias orgânicas e infiltram no solo ficando armazenadas por muito tempo. Isso era um problema publico grave, pois, segundo o autor a “hygiene tem demonstrado que o solo assim preparado, isto é, saturado de imundícies de toda a sorte, é um viveiro imenso de macróbios pathogenicos ou específicos, isto é, causadores de doenças graves” (O resistente, 21/07/1898: 1).

Dessa forma, pode-se notar que tanto o jornal quanto a legislação municipal concordavam sobre a importância da destinação adequada do esgoto como medida higiênica fundamental na prevenção de doenças. Todavia tinham formas de atuação diferentes: a Câmara iria regular a ação dos cidadãos no que diz respeito a essa questão e podia penalizar quem descumprisse as normas. Já o jornal trazia artigos assinados por médicos que, nesse período tentavam se afirmar como profissionais legítimos a instruir a população nos preceitos higiênicos.

Não eram apenas os excrementos que preocupavam Caetano Werneck, na coluna IV de *Os Esgotos*, o lixo também foi uma questão abordada. De acordo com o colunista os animais selvagens poluem o ambiente apenas com os seus dejetos. No entanto dizia que “o

homem, essencialmente sociável, invencivelmente solicitado para a vida comum, produz muito maior quantidade de detritos orgânicos putrescíveis” (O resistente, 28/7/1898: 1) Nessa coluna novamente cita o exemplo Francês, tentando mostrar o seu afinamento com as propostas desse país e relata que a região rural, onde faltava higiene, os esgotos e o acúmulo de lixo eram um atenuante na transmissão de doenças infectocontagiosas.

No que se refere à quantidade de lixo produzida pela cidade, o autor faz um cálculo e diz que São João naquele período produzia aproximadamente 510.000 kilos ou litros de lixo por dia. Tal estimativa foi elaborada de acordo com o total de habitantes - 10.000, conforme o censo da Câmara Municipal – utilizando a metodologia de Pettenkoffer. Por isso, afirma o médico, tal córrego causa uma péssima impressão¹⁴:

A desagradabilíssima impressão que nos produz a *Praia* é agora plenamente confirmada pelo cálculo, e com maior firmeza e convicção poderemos então dizer: A *Praia* não pôde e não deve continuar a ser o esgoto da cidade. O que ali corre não é água, é uma solução concentrada de imundícies. (O resistente, 4/08/1898: 1)

No *Código de Posturas*, essas questões como a destinação de lixo, os cuidados com a criação de animais e a poluição do ar também foram abordadas. Sendo assim, para o despejo do lixo a Câmara designou o campo que fica no triângulo da embocadura do córrego Agua-Limpa, o rio das Mortes e os lugares denominados – Buraquinho, Segredo e nas minas antigas da serra atrás do Carmo. E por último, os moradores desta cidade e região do município eram obrigados a manterem limpas as testadas¹⁵ de suas casas que faziam frente para ruas ou praças. É possível perceber que, assim como em relação aos esgotos, o recolhimento e a destinação correta do lixo e a limpeza urbana eram responsabilidade dos moradores e ao governo municipal cabia apenas fiscalizar e punir os infratores.

Em relação aos cemitérios, o *Código de Posturas* determinava que deveriam ser públicos e responsabilidade da Câmara. Os acatólicos e suicidas teriam lugar separados, mas todos deveriam ser enterrados. Além disso, as irmandades poderiam ter cemitérios privados desde que os mantivessem limpos. Mesmo o cemitério tendo deixado de ser responsabilidade das Irmandades em SJDR, o pensamento cristão ainda influenciou na forma como o Estado enterrava os mortos, separando os não católicos, mas as questões higiênicas eram

¹⁵ O espaço que fica entre o alinhamento das casas e o meio da rua.

consideradas igualmente importantes. Já o jornal *A Pátria Mineira*, de 30 de janeiro de 1890, logo após a República recém-instalada, exaltava a secularização dos cemitérios, promovida pelo governo republicano, afirmando que isso era um sinal de civilização, pois esta medida era coerente com a ciência moderna:

é assim que a hygiene de hoje, com medidas que conduzem ao saneamento da morte, procura atender a 3 fins: proteger os vivos dos cadáveres humanos, respeitar o culto pelos mortos, sentimento superior e universal que existe em nossos hábitos e em ultimo logar evitar que seja enterrado um vivo sob signaes de morte apparente.” (p.2)

Essa noção de que enterrar os mortos é uma forma de proteger os vivos foi fator fundamental na opção de enterrar os acatólicos visando proteger a população de epidemias. Ainda, o jornal enfatiza que os cemitérios não deveriam ser construídos dentro da cidade nem em elevações para evitar a contaminação da água. O caso do arraial do Cajuru foi um exemplo citado pelo periódico, se situava próximo a um cemitério e, segundo o jornal, por isso a água tinha cor leitosa e era impura, o que poderia transmitir doenças. Assim sendo, o *A Pátria Mineira* acastelava que a construção de cemitérios deveria seguir as prescrições higiênicas abaixo:

Os cemitérios devem ser construídos fora do recinto da cidade, numa distancia de 1000 a 1500 metros, em terreno secco e collocados de tal forma que os ventos dominantes não levem os eflúvios para a cidade; fartamente arborizados (...) A profundidade das covas deve ser de 1 metro e 50 a 2 metros, separadas uma da outra de 30 a 40 centímetros de extensão. (p.2)

Esses cuidados defendidos tanto pelo jornal quanto pela Câmara eram essencialmente formas de civilizar e modernizar a cidade, mas principalmente impedir a propagação de epidemias, muito comuns na época.

A afirmação da higiene como campo científico fundamental ao desenvolvimento e ao progresso acontece ao mesmo tempo em que o campo médico está se instituindo. Entretanto, como mencionado, por vezes os médicos não eram bem vistos pela população em geral, pela própria precariedade desse campo ainda nascente. Por isso utilizam a Higiene para se afirmar enquanto os únicos profissionais capazes de resolver os problemas relativos à saúde da população. Em São João del-Rei, Augusto Viegas exalta o pioneirismo dos médicos locais no combate à varíola:

No seio mesmo do remoto passado em que a higiene não constituía objeto de preocupação do Poder, já aqui os humanitários sentimentos dos lustres médicos Drs. Salatiel de Andrade Braga, Balbino da Cunha, José Martins de Carvalho Mourão, Cornélio Milward, José Moreira Bastos e outros os levaram identificadamente ao serviço da coletividade, como se verificou durante a epidemia de varíola de 1878, de que nos dá informação o Com. Aureliano Pimentel. (Viegas, 1942: 168)

Os médicos usavam os jornais como meio de ensinar a população e também objetivavam se afirmar enquanto os únicos detentores de saberes com relação à higiene. Conforme se pode notar no trecho da matéria, do Dr. Affonso Henrique de Azevedo, publicada no *A Pátria Mineira*, em 18 de fevereiro de 1894:

Hygiene Publica

Agora que a opinião publica se acha desperta pela discussão sobre os melhoramentos higienicos para esta cidade, julgo não ser descabidas algumas considerações sobre o assumpto, tentando deixar assentes doutrinas de harmonia com a hygiene moderna, combatendo outras que possam trazer damno à população desta cidade.

Quando se trata de melhoramentos higienicos não é a massa da população que tem a palavra, porém sim os higienistas.

Essa questão é de muita importancia, e de boa solução dela depende o futuro da vida dos habitantes dessa cidade.

Vamos synthetizar em perguntas as questões principais sobre esse assumpto.

Traz damno para a saúde publica o actual systema de esgotos? (p.2)

A higiene, como revelam as fontes analisadas, foi tema de ampla circulação em São João del-Rei principalmente no final do século XIX. Sendo também relevante no debate político, foi mencionada na obra de Carlos Laet (1894), onde se podem perceber as divergências de dois grupos políticos da cidade, mesmo ambos sendo republicanos. Laet afirma não querer falar de política, mas abre uma exceção para contar um caso interessante sobre os dois partidos republicanos da cidade que se denominam: os limpos e os sujos, segundo o autor,

A gênese nestes nomes perde-se, não em a noite dos tempos, mas na escuridão de uma projectada obra de esgotos. Um grupo queria, o dos limpos; e na bandeira dos sujos havia o lema Tudo na praia! Foram estes os vencedores. A cidade não tem esgotos; mas tem política... (Laet, 1894: 66 e 67)

Como já foi apresentado, São João só teria uma rede de esgotos em 1916 e, provavelmente, essas disputas políticas contribuíram para atrasar o processo. Assim sendo, apenas uma parte da elite local percebia a higiene como elemento fundamental para se tornar civilizada e se apropriou dessas teorias, produzindo representações do discurso dos higienistas, sejam médicos, engenheiros ou professores para tentar alcançar esse ideal. Essas representações evidenciam a forma como esse grupo enxergava a realidade, tendo a higiene como um dos pilares do projeto de civilização tão almejado pelos sanjoanenses.

Referências

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250p.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. **Efemérides de São João Del-Rei**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. 288 p.

Coleção de Jornais de São João del-Rei (1890-1900). Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/search.php>

Código de Posturas e Regimento Interno da Câmara de São João Del-Rei. In____ ARAÚJO, Maria Marta; VENÂNCIO, Renato P. (Orgs.) . São João del-Rey, uma cidade no Império. 1. ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2007. v. 1. p.99-252

LAET, Carlos. **Em Minas: viagens, literatura, philosophia**. Rio de Janeiro: Cunha e Irmão Ed. 1894.

AMARAL, Alex Lombello. **Cascudos e Chimangos: Imprensa e política pelas páginas dos periódicos de São João del-Rei (1876-1884)**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2008.

ARAÚJO, Maria Marta. **Do governo econômico e policial da cidade ou das normas e disciplina que mantêm a civilização**. In:____ ARAÚJO, Maria Marta; VENÂNCIO, Renato P. (Orgs.) . São João del-Rey, uma cidade no Império. 1. ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2007. p.83-98

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação.** *Estud. av.* [online]. 1991, vol.5, n.11, pp. 173-191.

MORAIS, Christianni Cardoso; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Para o aumento da instrução da mocidade da nossa pátria : estratégias de difusão do letramento na Vila de São João del-Rei (1824-1831).** 2002. 194 f., enc. : Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

HEINZ, Flavio M. **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: FGV, 2006. 224 p.

KROPF, Simone Petraglia. **Sonho da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade e Rio de Janeiro no Final do século XIX e início do XX.** In:___ NUNES, Clarice; HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone Petraglia; *Missionários do Progresso: Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro – 1870-1937.* Rio de Janeiro: Diadorim Editora LTDA, 1996. P.69-154

VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e Educação na trama da cidade: A construção de Belo Horizonte em fins do século XIX.* Bragança Paulista, EDUSF, 2002.347p.

VIEGAS, Augusto das Chagas. **Notícia de São João Del-Rei.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1942 204 p.